



## Jovens semeando mudanças: a força política da juventude rural no cinturão hortícola de La Plata (2018-2022)

Mayra Alejandra Davila Pico<sup>1</sup>; Edvânia Ângela de Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** São múltiplos e diversos os debates sobre a conceitualização da categoria "jovem" nas Ciências Sociais. Desde o final do século XVII e início do século XIX, a categoria "juventude" foi definida na Europa Central. A juventude caracterizava-se por estar presente na agenda pública de todas as sociedades ocidentais. Em geral, quando se fala em juventude, ela está diretamente associada à cidade, à modernidade e aos jovens que vivem a moratória social, estando ligada à tecnologia e à modernidade. Não se costuma pensar em outros tipos de jovens, especialmente aqueles que vivem em espaços diferentes, como zonas rurais ou periurbanas. Nesta pesquisa, busca-se analisar e compreender o processo político, organizacional e sindical dos jovens rurais que habitam o Cinturão Hortícola Platense, vinculados à Economia Popular, a partir de suas experiências. Também se propõem alguns objetivos específicos, como a reconstrução e identificação do processo coletivo de formação e organização da área juvenil. Pretende-se explorar e captar os modos de ser, sentir, pensar e agir desses jovens, investigando as experiências que envolvem sua participação no movimento. Por fim, busca-se compreender as características e os elementos da economia popular na organização do Movimento dos Trabalhadores Excluídos (MTE), ramo rural, na cidade de Poblet, região de Buenos Aires.

**Palavras-chave:** Participação Política Rural; Juventude Rural; MTE-Rural; Economia Popular, Experiências.

### Young people sowing change: the political strength of rural youth in La Plata's horticultural belt (2018-2022)

**Abstract:** There are multiple and diverse debates about the conceptualization of the category "young" in Social Sciences. Since the end of the 17th century and the beginning of the 19th century, the category "youth" has been defined in Central Europe. Youth was characterized by being present on the public agenda of all Western societies. In general, when talking about youth, it is directly associated with the city, modernity and young people who experience the social moratorium, being linked to technology and modernity. We don't usually think about other types of young people, especially those who live in different spaces, such as rural or peri-urban areas. In this research, we seek to analyze and understand the political, organizational and union process of rural young people who inhabit the Cinturão Hortícola Platense, linked to the Popular Economy, based on their experiences. Some specific objectives are also proposed, such as the reconstruction and identification of the collective process of formation and organization of the youth area. The aim is to explore and capture the ways of being, feeling, thinking and acting of these young people, investigating the experiences that involve their participation in the movement. Finally, we seek to understand the characteristics and elements of the popular economy in the organization of the Excluded Workers Movement (MTE), a rural branch, in the city of Poblet, Buenos Aires region.

**Keywords:** Rural Political Participation, Rural Youth, MTE-Rural, Popular Economy, Experiences.

<sup>1</sup> Centro de Estudios e Investigaciones Laborales - CEIL/CONICET, Argentina. \*Autora Correspondente: [alejandradavilapico@gmail.com](mailto:alejandradavilapico@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar as experiências de jovens pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Excluídos (MTE) – rural, que foram os primeiros a fundar a área juvenil dessa organização, a partir de 2018.

A ideia de criar um espaço para os jovens surgiu da participação de um deles em dois momentos: a assembleia geral de base da sua localidade e o plenário nacional do MTE. Todos os militantes do MTE rural do país – produtores de hortaliças, frutas, flores, porcos, galinhas, entre outras produções relacionadas à agricultura familiar e ao campo em geral – participaram dessa plenária nacional. Nas plenárias nacionais, todos os ativistas das diferentes áreas da organização (administração, marketing, tesouraria, saúde, agroecologia e juventude, gênero, que são as áreas mais recentemente formadas, entre outras) reúnem-se para discutir as dificuldades que enfrentam, como a comercialização de seus produtos a um preço justo, a acessibilidade à saúde, à educação, ao transporte público e a violência e discriminação que sofrem constantemente. Também discutem as dificuldades que têm para produzir diante dos altos custos dos insumos, bem como a necessidade de fazer a transição da produção convencional para uma agricultura livre de agrotóxicos, ou seja, um modelo de produção agroecológico. Por fim, problematizam alguns dos problemas da nossa sociedade, como a violência de gênero, o adultocentrismo e as questões relacionadas à juventude.

A decisão de investigar esse pequeno território específico, está relacionada ao fato de ter sido nele que surgiu a primeira assembleia de jovens do MTE rural. Os jovens do MTE rural passaram a debater a importância de ter um espaço próprio, feito para os jovens, onde suas vozes e opiniões fossem ouvidas. A partir da participação de um desses jovens em uma plenária regional, a criação da área juvenil começou a tomar forma. Portanto, é interessante analisar e compreender tanto a formação desse processo político, organizacional e sindical da juventude rural (CALVO, 2004; ROA, 2017; CABRERA, 2014) quanto as suas experiências de vida na zona periurbana de La Plata (ARG), o desenvolvimento de seus estudos, o trabalho com a terra, seus laços afetivos, seus espaços de lazer e dispersão, neste espaço inusitado quando se pensa na juventude. Esses jovens vivem e trabalham em um território denominado periurbano (BARKSKY, 2005); muitos deles são migrantes ou filhos de migrantes, geralmente da comunidade boliviana ou paraguaia. Grande parte desses jovens são mulheres, que participam ativamente desta organização política, sindical, econômica e produtiva.

A característica central na formação dessa organização está relacionada à sua filiação à Economia Popular (TIRIBIA; ICAZA, 2009; CORAGGIO, 2011, 2018; POLANYI, 2017). Esses jovens, afetados pelo desemprego estrutural existente (BUSSO; PÉREZ, 2016), entendem que há uma forte reconfiguração no mercado de trabalho e decidem criar seu próprio trabalho, mas de forma

coletiva, e não individual (WILLIAMS, 2000). Eles enxergaram essa possibilidade no MTE. Existem diferentes tipos de organizações no Cinturão Hortícola Platense, como cooperativas, associações, entre outras (LEMMI, 2010; FERRARIS; SEIBANE, 2016; LATTUADA *et al.*, 2015; URCOLA, 2020), e esses jovens decidiram ingressar no braço rural do Movimento dos Trabalhadores Excluídos e, por sua vez, criar pela primeira vez a área juvenil em toda a organização do MTE rural. Consideramos essas particularidades como centrais e inovadoras no campo das Ciências Sociais.

### **Vozes da Terra: Jovens do MTE Rural Exigem Visibilidade e Reconhecimento**

A ideia de criar um espaço para os jovens surgiu da participação de um deles em dois momentos: a assembleia geral de base da sua localidade e o plenário nacional do MTE. Todos os militantes do MTE rural do país — produtores de hortaliças, frutas, flores, porcos, galinhas, entre outras produções relacionadas à agricultura familiar e ao campo em geral — participaram dessa plenária nacional. Nas plenárias nacionais, todos os ativistas das diferentes áreas da organização (administração, marketing, tesouraria, saúde, agroecologia e juventude, gênero, que são as áreas mais recentemente formadas, entre outras) reúnem-se para discutir as dificuldades que enfrentam. Eles precisam comercializar seus produtos a um preço justo, discutir a acessibilidade à saúde, à educação, ao transporte público, além da violência e discriminação que sofrem constantemente. Discutem também as dificuldades para produzir, devido aos altos custos dos insumos, bem como a necessidade de fazer a transição da agricultura com uso de agrotóxicos para uma agricultura livre desses produtos, ou seja, transformar suas produções para a agroecologia. Por fim, problematizam algumas questões essenciais da nossa sociedade, como a violência de gênero, o adultocentrismo e as questões relacionadas à juventude.

Ao entrar nessas discussões, Camilo<sup>1</sup> analisa a situação do local onde mora, destacando o grande número de jovens que, como ele, vivem do cultivo da terra com a família, mas que, diferentemente de seus pais, não frequentam as assembleias. Daí surge a preocupação em criar um espaço prioritariamente voltado para os jovens, um local onde possam se expressar, dizer o que pensam, o que sentem, gerar novas ideias e questionar o seu lugar dentro ou fora da organização. Em suas palavras:

Todas as coisas que passei, porque quando jovem passei pela escola, mudei de escola, as mudanças no que conheço, nas coisas do dia a dia que fiz, que Mendoza não é igual a aqui, posso acreditar que A Bolívia não é igual aqui, então os jovens lá às vezes se reprimem e eu também me senti reprimido e às

<sup>1</sup> Os nomes foram alterados para preservar sua identidade.

vezes você precisa de um espaço para poder conversar (Entrevista com Camilo, março de 2019).

Nesse sentido, essas experiências não são apenas mais uma anedota na vida desses jovens; elas formam e transformam a consciência dos jovens e suas condições. Ou seja, os jovens não são determinados apenas por suas condições de vida, mas utilizam suas experiências vividas e o que compartilham com os outros para gerar mudanças, construindo espaços onde outros jovens e eles próprios possam falar sobre seus problemas, fazer perguntas e se questionar. O conceito de experiência permite pensar o sujeito não como um ser absolutamente determinado, mas como um agente com capacidade de ação no mundo, independentemente de estar inserido em um sistema socioeconômico específico. O exposto pode ser entendido e pensado a partir de uma perspectiva culturalista, na medida em que destaca a importância do que é vivido e experienciado pelos seres humanos, em contraste com o estruturalismo que, segundo HALL (1994), não permitiria que a experiência fosse, por definição, o terreno do nada, uma vez que só se pode “viver” e experimentar as próprias condições nas e através das categorias e quadros de referência da cultura (HALL, 1994, p. 86).

Após a participação de Camilo na plenária nacional do MTE, ele levantou a necessidade de iniciar a área juvenil em sua cidade. A organização, por sua vez, assumiu como prioridade a criação dessa área, bem como a criação da área de gênero, que começou com a ronda das mulheres. Nesse sentido, nas dezenove assembleias de base do MTE, manifestou-se sobre a criação dessas duas áreas, e, por sua vez, foram eleitos e nomeados delegados para elas, que iniciaram as respectivas convocações e convites aos jovens para participarem da área. A assembleia onde a participação dos jovens tem sido mais constante e sólida foi a iniciada por Camilo. Em funcionamento desde o final de 2018, esses jovens passaram a se reunir todos os sábados, das 10h até aproximadamente o meio-dia. Num primeiro momento, foram realizadas duas atividades em conjunto: o encontro da área juvenil e um piquenique para os menores e também para os jovens. Esta última atividade, contudo, não conseguiu ser sustentada ao longo do tempo, dada a forte crise econômica que o país atravessa e, em particular, o setor da agricultura familiar.

Os encontros dos jovens continuaram acontecendo todos os sábados. Eles se reuniam para discutir a situação do setor, as passeatas que o MTE vinha organizando e a melhor forma de estruturar suas ações e reivindicações. Durante esses encontros, também confeccionavam cartazes para as diversas marchas que realizavam e discutiam os slogans a serem usados. Após alguns meses, decidiram realizar os encontros quinzenalmente, pois o sábado, em geral, é um dos poucos dias em que têm para se reunir com a família e

comemorar aniversários, casamentos, batizados, entre outras celebrações. Essas são algumas das raras atividades de lazer e recreação que os jovens produtores conseguem realizar.

É essencial, neste ponto, discutir a categoria de participação política nas zonas rurais. O conceito de participação política da juventude no meio rural está intimamente ligado à capacidade de agência desses jovens, refletida em suas práticas, conhecimentos, ações e experiências (LAHIRE, 2006). Essa participação gera diferentes ações e tomadas de decisão que moldam não apenas o futuro socioeconômico dos jovens, mas também o de suas comunidades e territórios (MANZANAL *et al.*, 2006). Em particular, pode surgir um tipo de participação política ativa que favorece a disputa pelo poder, especialmente quando ocorrem ações coletivas em que se torna evidente quem ou o que é o antagonista do grupo (SANI, 1995). Essa participação política ativa poderia envolver um compromisso coletivo e uma disputa de poder, caracterizados por um alto nível de engajamento e organização, além de uma forte identificação com o grupo. Dentro desse contexto, existem subtipos de ações autônomas que envolvem diferentes graus de autogestão por parte dos jovens do MTE rural na cidade de Poblet. Neste artigo, será abordada apenas essa participação política ativa, com foco nas ações autônomas que a caracterizam.

É interessante aprofundar a análise deste grupo de jovens do MTE – rural a partir de seu processo de identificação. Nos diferentes espaços organizacionais em que alguns deles participaram, foi mencionada constantemente a importância de ter um espaço e um lugar próprios, distintos dos adultos — como eles mesmos dizem, “um espaço para nós, jovens, nos separarmos dos adultos.” Isso evidencia como eles buscam se diferenciar e como constroem essa identidade de ser jovem em oposição a ser adulto. Como aponta HALL (1996), “só na relação com o Outro, a relação com o que não é, com o que precisamente falta, com o que se tem chamado o seu exterior constitutivo — sua identidade — pode ser construída” (HALL, 1996, p. 4).

Outra discussão constante nos encontros e assembleias de jovens está relacionada à diferenciação não apenas na dicotomia jovens-adultos, mas também no âmbito organizacional, como o Movimento dos Trabalhadores Excluídos - Ramo Rural. Alguns desses jovens relatam que, durante marchas, mobilizações e protestos, são frequentemente os mais silenciosos, o que levou à proposta de comprar instrumentos como bumbos, pratos e caixas para usar tanto nas marchas quanto na banda/murga que desejam formar. Em relação à visibilidade da organização, outra crítica feita pelos jovens é a falta de diferenciação por cores. Eles observam que, em diversos eventos nos quais participam como organização (marchas, mobilizações), não é possível identificar rapidamente o MTE-Rural, ao contrário do que acontece com outras organizações. Isso remete novamente ao

que foi mencionado por HALL (1996), ao afirmar que essas identidades são geradas a partir do que falta ao sujeito, das divisões e do reconhecimento daqueles dos quais se deseja diferenciar, seja para dar mais visibilidade a uma marca, seja por ter uma cor específica que identifique rápida e claramente o MTE rural.

Com base no trabalho de campo realizado em diferentes reuniões, assembleias e atividades organizacionais, na área juvenil e, principalmente, na participação no I Fórum por um Programa Agrário Soberano e Popular, alguns dos jovens que integraram a Comissão de Juventude desse fórum destacaram a necessidade de serem mais visibilizados. Eles frequentemente mencionam que sofrem com a invisibilidade de seu trabalho e de suas condições de vida, afirmando: “Para que os jovens sejam reconhecidos, para que o nosso trabalho seja reconhecido.” Por isso, propuseram diversas atividades, como a produção de vídeos e curtas-metragens, nos quais o trabalho que realizam em seus territórios e a contribuição que oferecem à comunidade possam ser visibilizados e destacados. Eles sugeriram que essas produções fossem compartilhadas e exibidas tanto nas redes sociais quanto nos meios de comunicação de massa. É importante ressaltar que essas propostas dos jovens do MTE-rural foram apresentadas em cada uma das assembleias juvenis da organização.

É interessante observar como esses jovens buscam o reconhecimento de seu trabalho, o que pode estar relacionado à tentativa de ganhar o respeito dos argentinos, especialmente dos vizinhos que não são produtores e que, portanto, desconhecem o significado de produzir e colher a terra. O trabalho de Elías (1998) sobre o caso Winston Parva oferece diferentes análises que podem ser aplicadas a esses jovens. Embora não se busque uma comparação exata entre os casos, uma vez que são contextos totalmente diferentes, alguns pontos de contato com esse estudo podem ser relevantes. Diferentemente dos grupos de Winston Parva, esses jovens se destacam não apenas por serem “novos”, mas também por serem migrantes, pelo seu fenótipo, pela forma diferente de falar e por seus costumes, entre outros aspectos. No entanto, a análise realizada por Elías (1998) é extremamente rica, pois nos convida a refletir que, mesmo quando essas diferenças “marcadas” não estão presentes, um grupo — em geral — tende a procurar dominar e subjugar outro grupo.

A estigmatização como aspecto de uma relação entre pessoas estabelecidas e marginalizadas está frequentemente relacionada com um tipo específico de fantasias colectivas, desenvolvidas por grupos de pessoas estabelecidas. Ao mesmo tempo, é uma justificativa da aversão, do “preconceito” que seus membros sentem em relação aos do grupo marginalizado (ELÍAS, 1998, p. III).

Como destaca Hall (1996), os estereótipos proliferam onde há grandes

desigualdades de poder, pois permitem a representação de certas formas que estabelecem um divisor de águas entre o que é considerado normal e aceitável, por um lado, e o que é anormal e inaceitável, por outro. Esses limites, que lembramos serem produtivos como reguladores de relações, sustentam práticas específicas.

Por fim, vale ressaltar que, desde a formação deste grupo de jovens, muitos deles começaram a investigar suas raízes e seu local de origem, destacando as tradições e costumes de seus pais e deixando de lado as estigmatizações impostas pela sociedade, principalmente nas escolas. Isso gerou neles uma forte sensação de alívio e um sentimento de pertencimento. Como menciona Giménez (2009), ao se referir às identidades individuais e coletivas, essa necessidade de organização espacial da memória coletiva é tão imperativa que, em situações de migração, expatriação ou exílio, os grupos humanos inventam espaços imaginários totalmente simbólicos para ancorar suas memórias (GIMÉNEZ, 2009, p. 22). “[...] Ele me olha como se dissesse, não, não somos todos iguais, ou seja, somos bolivianos [...]”

Na minha família, é como se todos já soubessem que somos imigrantes, e isso é muito presente... Na minha família, pelo menos, dizem que sabemos que somos diferentes, então já nos resignamos a ser diferentes. Mas eu coloquei na minha cabeça que sou diferente. Só que, com esse grupo do MTE, eles falaram para a gente que somos todos iguais, independentemente de raça, religião; somos todos iguais, e é assim mesmo... Então, eu vou e digo para as minhas irmãs que somos todos iguais, mas aí ele me olha como se dissesse: ‘Não, não somos todos iguais. (Entrevista com Cristina, junho de 2019).

A seguir, estão as palavras de uma das meninas que participa do espaço juvenil. Nesse relato, é possível perceber claramente a noção que as autoras desenvolvem sobre os modos de ser e de pertencer. Muitas dessas jovens não sentem que pertencem a esta cidade, a este país; sentem uma exclusão que ainda persiste por parte da sociedade. E, por outro lado, quando viajam para o país de origem, onde nasceram ou cresceram, também enfrentam um sentimento de não pertencimento em certos setores da sociedade.

Aqui, podemos observar como a colonialidade tem sido, de fato, mais profunda e duradoura, como menciona Quijano (2000). Muitos desses jovens sentem imensa vergonha de sua origem boliviana, da cor de sua pele e da etnia de suas famílias. Essa estigmatização leva os jovens a abandonar as instituições de ensino, onde a imposição racial e étnica ainda persiste. Como mencionado por Quijano (2000), a cor da pele tem sido a marca “racial” mais

forte imposta entre aqueles que dominam e os que são dominados (QUIJANO, 2000, p. 319).

A análise realizada por Quijano (2000) é interessante ao mencionar que, graças à invasão, exploração e dominação que a Europa exerceu sobre as Américas, especialmente na América Latina, o capitalismo conseguiu se desenvolver plenamente e, por sua vez, foi capaz de gerar divisões e segmentações que persistem até hoje. Em suas palavras, “Em todas as sociedades onde a colonização envolveu a destruição da estrutura social, a população colonizada foi despojada de seu conhecimento intelectual e de seus meios de expressão externalizantes ou objetivados” (QUIJANO, 2000, p. 322). Isso mostra, em primeiro lugar, como os Estados-nação assumiram o papel de organizar as diferenças no capitalismo mundial e, em segundo lugar, como impuseram, moldaram e homogeneizaram, da mesma forma que o Estado argentino fez com sua população. Isso pode ser percebido ainda hoje, na medida em que, embora exista uma lei de educação intercultural bilíngue, ela não é aplicada. Muitos desses jovens que compreendem as línguas aimará, quíchua ou guarani, em muitos casos, recusam-se a aprendê-las completamente. Esse colonialismo interno, como afirma CUSICANQUI (2010), penetrou inextricavelmente, em suas palavras,

A profunda marca repressiva do colonialismo marca [...] as identidades pós-coloniais com ferro, inscrevendo-lhes disjunções, conflitos e uma trama muito complexa de elementos afirmativos, que se combinam com práticas de auto-rejeição e negação. Mas esta matriz de comportamentos culturais não afecta apenas os “indígenas”, também os variados estratos da “mestiçagem e do “cholaje”, e mesmo os próprios q’aras que reproduzem, nas suas viagens pelo norte, o duplo comportamento do imigrante Provincial andino (CUSICANQUI, 2010, p. 117).

### **Experiência de imigração**

A migração de pessoas de países vizinhos, como Bolívia, Paraguai, Chile, Uruguai, e de países não fronteiriços, como o Peru, para a Argentina, apresentou mudanças substanciais nas últimas décadas. É importante destacar a migração boliviana por suas características particulares e pela relevância que tem neste trabalho de pesquisa. Numerosos produtores e trabalhadores temporários viajaram de suas regiões — Tarija, Potosí, Oruro — para trabalhar em diferentes safras, como na colheita, na indústria do fumo e na colheita da erva-mate, nas províncias de Salta, Jujuy, Formosa, entre outras do norte argentino. Após o término de uma determinada colheita, eles retornavam para suas cidades de origem. Essa migração, conhecida como migração temporária, ainda ocorre em território argentino, mas, a partir das décadas de 1960 e 1970, outro fenômeno migratório foi registrado. Muitos desses trabalhadores mudaram-

se permanentemente de suas cidades de origem para os centros urbanos e periféricos das principais cidades da Argentina (BENENCIA, 2005).

Alguns desses migrantes decidiram se estabelecer nas periferias das principais cidades, como Buenos Aires, Córdoba, La Plata, Rosário, e continuar com o trabalho que realizavam em suas cidades natais: o cultivo da terra. Essa migração, ligada ao trabalho da terra, gerou diversas e significativas mudanças, primeiro no nível econômico-produtivo e, em seguida, no nível social e cultural.

Essas mudanças na estrutura social argentina ocorreram no contexto do sistema de produção econômica capitalista — em sua fase neoliberal. Como menciona Benencia (2005), a migração transnacional está relacionada às condições do capitalismo global, estabelecendo uma relação entre capital e trabalho. Por isso, nos últimos tempos, têm-se observado fortes movimentos migratórios em busca de emprego. Em outras palavras, “[...] o trabalho migrante é um fator que contribui para a expansão do capitalismo em escala internacional” (BENENCIA, 2005, p. 36). É evidente que os movimentos migratórios massivos dos últimos anos têm uma natureza basicamente laboral, e que o trabalho migrante é um fator que contribui para a expansão do capitalismo em escala internacional. Portanto, a direção mais comum dos fluxos migratórios é dos países menos desenvolvidos para aqueles com maior desenvolvimento econômico. Essa perspectiva oferece uma compreensão mais ampla do processo migratório, pois supera as definições clássicas, nas quais o migrante é percebido como um sujeito sem capacidade de ação, estruturalmente determinado, cuja vida já foi definida pelo capitalismo, sem poder de influenciar mudanças.

Ao longo de seus estudos, Benencia retoma a contribuição de Levitt e Glick (2004), autores que, por sua vez, recorrem à teoria bourdieusiana para explicar a migração transnacional, utilizando os conceitos de campo social e campo transnacional para destacar a importância das relações que esses sujeitos estabelecem ao migrar, bem como para considerar aqueles que decidem permanecer em suas cidades de origem.

Os autores distinguem entre modos de ser e modos de pertencer, ou seja, uma vez que migram de seu país de origem, ao retornarem, parece que algo mudou neles. Isso é evidente nos relatos de muitos jovens que viajam anualmente ou a cada dois anos para visitar os familiares que ficaram para trás e que, ao chegar, sentem a rejeição da sociedade em geral por terem deixado seu país. Um exemplo frequentemente mencionado por eles é a cobrança extra ao abastecerem gasolina. Embora esses autores desenvolvam sua teoria destacando a importância de analisar os fenômenos migratórios não apenas a partir de uma perspectiva nacional, mas também sob uma visão transnacional, parece, de acordo com os relatos dos jovens, que uma vez que atravessam as fronteiras nacionais, seus modos de ser e de pertencer mudam. Uma das

jovens que participa da oficina juvenil do MTE menciona: “[...] *quando vamos à Bolívia visitar meus avós, eles sempre nos olham de maneira estranha ou sempre cobram mais por tudo, especialmente pela gasolina*” (Entrevista com Cristina, junho de 2019).

Aqui é possível demonstrar fortemente esta noção que os autores desenvolvem sobre os modos de ser e os modos de pertencer, muitos deles não sentem que não pertencem a esta cidade, a este país, sentem aquela exclusão que ainda é persistente por parte da sociedade, e ao mesmo tempo que quando viajam para o seu país, para o país onde nasceram, muitos cresceram, sentem também a falta de pertença por parte de alguns sectores da sociedade.

É importante referir que em várias histórias dos jovens está fortemente presente a situação de constante mobilidade em que estão imersos desde que nasceram, e a sua relação com o factor trabalho. Ou seja, de modo geral os movimentos realizados por essas famílias têm sido gerados em busca de melhores condições de trabalho. Uma das entrevistas realizadas com um desses jovens pode refletir claramente o que foi mencionado acima:

Desde que você nasceu e morou aqui, você já viajou para outros países? Sim, viajamos quase por[...] uh, nasci em Mendoza, depois estivemos na Bolívia por um tempo.

-Viver ou apenas...? ehh estávamos na Bolívia, tipo[...] foi uma viagem curta eu acho, mas depois voltamos para Mendoza lá estávamos quase 11 anos... acho que aqui estou eu assim 11 ou 12 anos em La Plata. Em Mendoza morei em muitos lugares porque o trabalho lá era como percentual de agricultor ou agricultor, dizem, onde você vai alugar terra, mas você trabalha para um dono agora, você não aluga, você produz produções por ano nas plantações que eles plantam, a gente sempre mudava Mais de trabalho do que qualquer coisa, acho que mudei umas 7 ou 8 vezes em Mendoza[...] - Então, enquanto você estava em Mendoza, você se mudou?

Sim, sim, muitas vezes. Isso também me fez acostumar com as mudanças e por isso me adapto muito rápido, por isso tenho sotaque mendoza (risos) muita gente me diz - você é de Mendoza? Sim, sim, mas você não tem sotaque mendoza, nós meio que nos adaptamos rapidamente (Entrevista com Camilo, março de 2019).

Embora, como menciona Benencia (2005), essa migração esteja, em sua maioria, relacionada ao trabalho, e as pessoas migrem para melhorar suas condições de vida e trabalho, é importante não fazer uma leitura linear dessa questão. Há centenas de pessoas da Bolívia, do Paraguai, do Peru e de muitos outros países da região que estão em situações de insegurança no trabalho, enfrentando péssimas condições, e que, apesar de trabalharem na terra, não estão migrando para a Argentina ou no processo de fazê-lo. Isso ocorre porque

as migrações realizadas por essas pessoas possuem diferentes componentes, além dos meramente econômicos, como as redes e os laços migratórios que se formam.

Nesse sentido, Ramella (1994) argumenta que pensar as redes sociais significa compreender a sociedade em termos de relações e não apenas como indivíduos isolados que compõem a sociedade (RAMELLA, 1994, p. 14). Ele afirma que os sujeitos estão inseridos em redes de relações sociais que criam solidariedades e alianças, estabelecendo também suas próprias regras de funcionamento. Algumas das famílias que já completaram o processo migratório e estão instaladas no território fornecem informações valiosas aos novos migrantes.

### **Desigualdades entrelaçadas**

Como mencionado anteriormente, a pesquisa conduzida parece reunir todos os elementos necessários para analisar o entrelaçamento das desigualdades. Em nível regional, a América Latina tem sido atormentada pela implementação de políticas neoliberais que afetam a vida de uma grande parte da sociedade. Essas medidas, que começaram no final da década de 1980 e continuaram na década de 1990 na maioria dos países da região, resultaram em um aumento acentuado do desemprego e no crescente abismo entre os mais ricos e os mais pobres. No caso da Bolívia, as políticas neoliberais devastaram o sistema produtivo, exacerbando a fragmentação e segmentação social no país. De acordo com Wade (s/d) é interessante para considerar outros aspectos nesse entrelaçamento de desigualdades.

É necessário compreender o entrelaçamento de raça e sexo no quadro da economia política, das relações de poder de classe, raça e gênero; mas este entrelaçamento não pode ser reduzido ao simples funcionamento do mercado e do poder, se este for entendido como o mero domínio e defesa de uma posição de superioridade. Há outros aspectos - como os significados indelével e não alienáveis dos marcadores raciais, ou a dinâmica psíquica da alteridade - que devem ser levados em conta (WADE, S/F: 49).

O que foi mencionado por Wade (s/d) pode, por sua vez, estar relacionado com o que foi afirmado por Viguya (2016), quando se refere ao fato de que a interseccionalidade pode ser pensada em dois níveis. Quando os efeitos e a desigualdade social individual são considerados e gerados nos espaços microssociais, fala-se de interseccionalidade. Quando, por outro lado, tratam-se de fenômenos macrossociais, envolvendo diferentes sistemas de poder, fala-se de Sistemas de Opressão Interligados (Interlocking Systems of

Oppression). É possível perceber que esses dois níveis estão em constante interação na produção de diferentes formas de opressão e dominação.

Nesse sentido, em relação à conceituação anterior, as pessoas que abandonam seus locais de nascimento em busca de uma vida digna poderiam ser localizadas no nível microssocial. O fato de milhares de famílias bolivianas migrarem para a Argentina em busca de melhores condições de trabalho remunerado, mesmo que essa inserção laboral no novo local ainda ocorra em condições precárias na maioria dos casos, poderia ser situado na esfera macrossocial.

Nos relatos das entrevistas, surgem vários questionamentos sobre suas trajetórias de trabalho: “Eu morava em Tarija, estávamos em uma situação muito difícil, na rua, mendigando, e um homem na praça nos perguntou se queríamos ir trabalhar na Argentina... ele nos daria emprego.” A situação laboral é muito diversificada, visto que existem várias formas de contratação, como operário, meeiro, trabalhador percentual, arrendatário, entre outros. Essas formas de contratação são as mais frequentes na relação empregador-empregado na cadeia hortícola de La Plata.

Outra característica desse setor está relacionada à família, que se torna uma unidade de produção. A particularidade das comunidades bolivianas do cinturão hortícola de La Plata é que o trabalho é familiar, ou seja, todos os membros da família trabalham na unidade produtiva, e a mulher e seus filhos desempenham um papel fundamental. As mulheres, além de serem responsáveis pelas tarefas de produção, também são responsáveis pela reprodução, que é invisível. Muitas vezes, esse trabalho não é reconhecido, nem mesmo por elas próprias. Nas entrevistas, repetem-se histórias relacionadas a isso: “Eu ajudo na roça, meu marido é quem trabalha.” Isso não condiz com os fatos concretos, já que essas mulheres trabalham ao lado de seus companheiros e, além das tarefas produtivas, assumem todas as tarefas de cuidado, como cuidar dos filhos, filhas, pessoas doentes da família, entre múltiplas outras atividades. Dentro dessas atividades, encontram-se as próprias da organização, onde, na maioria dos casos, estereótipos de gênero são reproduzidos.

Nesse sentido, a partir do trabalho de campo realizado, é possível demonstrar a falta de acessibilidade a escolas, unidades de saúde, hospitais, ou seja, a impossibilidade de ter condições de vida dignas. Além disso, os problemas enfrentados pelas mulheres, especialmente as jovens, que ali vivem, estão relacionados às dificuldades de acesso à cidade, aos centros de saúde e às instituições do Estado em geral. Isso se agrava quando se soma a situações de discriminação de gênero e/ou racismo por parte de diferentes instituições do Estado.

Além desse entrelaçamento de desigualdades — de raça, gênero, classe,

etnia, nacionalidade —, gostaria de introduzir outro elemento que é central, pelo menos na minha investigação, e que se refere à idade. Um elemento que Quijano (2000) rejeita categoricamente.

Desde a inserção da América no capitalismo mundial moderno/colonial, as pessoas são classificadas de acordo com três linhas diferentes, mas articuladas em uma estrutura global comum pela **colonialidade do poder: trabalho, gênero e raça**. A idade não está inserida de forma equivalente nas relações sociais de poder, mas exerce influência em determinadas áreas de poder. Essas áreas giram em torno de dois eixos centrais: o controle da produção de recursos para a sobrevivência social e o controle da reprodução biológica das espécies (QUIJANO, 2000, p. 322).

Essa dinâmica de protagonismo das mulheres rurais, especialmente das jovens, na luta por seus direitos e por melhores condições de vida, reflete a complexidade das desigualdades que se entrelaçam no contexto das relações de poder.

Embora reconheça a importância desse elemento em algumas áreas, ele não o considera um marcador tão central quanto os outros. Acredita que ele poderia ser um elemento a ser revisitado nos próximos anos, uma vez que, dentro das organizações, bem como na vida cotidiana em geral, ele tem se tornado um elemento central.

Atualmente, as mulheres rurais, especialmente as jovens rurais, estão se tornando protagonistas de um momento histórico que mobiliza milhares de mulheres nas cidades a partir de múltiplas demandas. Elas, as camponesas rurais, produtoras da economia popular, têm suas próprias reivindicações. Muitas vezes, esses momentos de crise e as condições de pobreza resultam propícios para resistências; as mulheres desenvolvem estratégias de sobrevivência que as mobilizam a participar de uma organização social ou de espaços comunitários, com o objetivo de lutar por melhorias em suas condições de vida. Platero (2014) analisa a interseccionalidade como a forma pela qual diferentes formas de dominação interagem entre si, ou seja, sugere que diferentes sistemas de opressão baseados em gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outros, não são independentes, mas se reforçam e se reproduzem mutuamente, estabelecendo assim um novo sistema de opressão que reflete múltiplas formas de discriminação. Esse conceito é, por um lado, um instrumento de luta e, por outro, um conceito que permite analisar teoricamente esse processo.

**Metodologia: sentir pensando em ação: pesquisa participativa com jovens rural do MTE.**

Esta pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa, focada na compreensão dos processos sociais e na perspectiva dos atores participantes. Foi realizado — e ainda está em andamento — um processo de pesquisa participante (PP) como uma proposta metodológica capaz de ativar um processo de conhecimento coletivo, crítico e transformador. Esse método é considerado essencial para alcançar uma compreensão científica dos problemas sociais enfrentados no cotidiano e para participar ativamente na busca de soluções. Entende-se essa abordagem como uma prática na qual não há distinção entre as ações propostas e o próprio processo de pesquisa. Esta proposta baseia-se em três pilares: o primeiro, que os participantes que vivenciam o problema são aqueles que melhor estudam e investigam seus ambientes; o segundo, que o comportamento social é influenciado por seu ambiente; e o terceiro, que as metodologias qualitativas são as mais adequadas para compreender a realidade social e transformá-la (MC KERNAN, 2001; FALS BORDA, 1986).

Os eixos fundamentais deste artigo centraram-se na análise e compreensão do processo político, organizacional e sindical da juventude rural, descrevendo, ao mesmo tempo, as experiências, percepções e vivências dos jovens que pertencem à área juvenil da organização, uma das dezenove assembleias do MTE-rural. A metodologia qualitativa permite produzir dados descritivos com um desenho de pesquisa flexível, “que envolve mudanças entre os diferentes componentes do desenho” (MAXWELL, 1996, p. 23). Esse design flexível oferece a possibilidade de fazer modificações ao longo do processo de pesquisa, o que é de grande importância quando se trabalha com uma realidade social dinâmica.

O interessante deste trabalho e sua possível contribuição para os estudos sobre a juventude rural é que, embora existam inúmeras pesquisas sobre as condições sociais e econômicas dos produtores do Cinturão Hortícola de La Plata (CHP), há poucos estudos sobre a juventude rural de pequenos produtores da agricultura familiar, especialmente no que se refere ao ramo rural do Movimento dos Trabalhadores Excluídos (MTE). Essa experiência é extremamente nova tanto para a organização quanto para grande parte dos estudos sobre a juventude rural na Argentina.

É necessário mencionar que a juventude é entendida como uma construção histórica, e não natural, pois nem sempre existiram jovens da forma como são concebidos hoje, seja no senso comum, no âmbito comercial, estatal, cultural, etc. Nesse sentido, considera-se que não há uma única forma de compreender a juventude; esses jovens vivenciam situações sociais, econômicas, políticas, culturais e étnicas próprias (CHÁVES, 2012).

Dentro da própria organização, o MTE-rural, a área de delegados juvenis estabeleceu um limite de idade para a participação dos jovens nas diferentes

assembleias do MTE, definindo as idades de 12 a 27 anos. Essa foi uma decisão acordada dentro da organização, onde os diferentes delegados de áreas como administração, tesouraria, marketing, juventude, entre outras, se reuniram para debater a organização e tomar decisões sobre essa questão.

Foram estabelecidas finalidades pessoais e práticas, relacionadas ao trabalho de campo a ser realizado com os jovens do MTE rural. Está sendo conduzida uma investigação responsável, na qual se contesta o uso de pessoas e do território (MAXWELL, 1996). Como mencionado anteriormente, esta pesquisa foi realizada sob a perspectiva da Pesquisa-Ação Participativa (PAR), que não é apenas um conjunto de técnicas, mas também uma filosofia de vida. Quem realiza a PAR deve saber unir o coração e a mente. É necessário exercer a empatia, e não apenas a simpatia, além de respeitar as diferenças e, mais do que isso, valorizá-las. Quem realiza a PAR é um “sentipensante” (FALS BORDA, 2009). Com isso, queremos destacar o compromisso assumido com as comunidades e seus territórios.

## Resultados

Os resultados indicam que há uma participação ativa por parte desses jovens, ao mesmo tempo em que a participação dos jovens que compõem diferentes organizações de pequenos produtores de terra, neste caso o MTE – Rural, está relacionada ao entrelaçamento de desigualdades, como gênero, migração, etnia e o nível socioeconômico dos jovens e de suas famílias. Essa participação política realizada pelos jovens está intimamente ligada às suas experiências de participação política, bem como às experiências de seus pais e mães em seus países de origem.

Este trabalho procurou evidenciar alguns dos problemas enfrentados pelos jovens pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Excluídos (MTE) – ramo rural, especialmente no que diz respeito à organização de um novo espaço dentro da organização a que pertencem. No que tange à criação desse novo espaço, a importância que os jovens atribuem a ele é fundamental, algo que é expresso por eles nos diferentes espaços em que participam, como encontros, oficinas, assembleias e no fórum agrário nacional, onde não apenas discutem com colegas da mesma organização, mas também com outros jovens de todo o país e de outras organizações.

A partir dos relatos desses jovens, é possível captar a noção de experiência, o que permite pensar no sujeito não como um ser determinado pela estrutura, mas como um agente com capacidade de ação no mundo, inserido em um sistema socioeconômico específico. Um aspecto importante na organização que esses jovens estão construindo é o reconhecimento do sistema social, econômico e político em que estão inseridos, bem como a capacidade de nomear e refletir sobre as situações que suas famílias atravessam. Eles entendem, por exemplo,

que quando suas colheitas são prejudicadas, não recebem ajuda de ninguém além da organização, mas quando uma seca atinge a produção de soja, o Estado vem em auxílio. É em torno dessas e de muitas outras discussões que os jovens do MTE se mobilizam.

Por isso, atribuem grande importância à organização, ao trabalho coletivo e à possibilidade de expressar o que estão vivenciando: “[...] eu não dava importância a isso até vir para este grupo, onde me senti confortável, onde pude dizer tudo o que tinha a dizer.”

Este trabalho foi possível graças ao apoio e colaboração de diversas instituições e pessoas, às quais gostaria de expressar minha mais sincera gratidão. Em primeiro lugar, agradeço ao Centro de Estudos e Pesquisas Trabalhistas (CEIL) e ao Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET) pelo apoio prestado durante minha bolsa de doutorado e à Universidade Nacional de La Plata (UNLP) na Argentina pela oportunidade de realizar esta estadia de investigação e docência no âmbito do Programa Escala de Ensino AUGM. Estendo meu agradecimento ao Laboratório de Movimentos Sociais e Condições de Vida (LIMSyCV) da Faculdade de Serviço Social, onde trabalhei como bolsista até recentemente e desenvolvi grande parte da minha formação como profissional. Por fim, agradeço à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca, pela valiosa colaboração e recursos que foram fundamentais para o desenvolvimento desta estadia de pesquisa no Brasil.

## Referências

ABU-LUGHOD, Lila. A interpretação das culturas depois da televisão. **Etnografias Contemporâneas**, n. 1, p. 1-24, 2006.

AMBORT, María Eugenia. **Processos associativos na agricultura familiar: uma análise das condições que deram origem ao surgimento e consolidação de organizações no cinturão hortícola de La Plata, 2005-2015**. 2017. Trabalho de graduação (Bacharelado) – Universidade Nacional de La Plata, Faculdade de Ciências Humanas e Educação. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.1441/te.1441.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024.

BARTH, Fredrik. Etnia e conceito de cultura. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, n. 19, p. 15-30, 2º Sem. 2005.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. México: Fundo de Cultura Econômica, 1976 [1969].

BENENCIA, Roberto. Migração fronteiriça e mercado de trabalho rural na

Argentina: estratégias das famílias bolivianas na formação de comunidades transnacionais. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, n. 17, p. 30-55, 2005.

CAGGIANO, Sérgio. Além da fronteira: gênero, nação e padrões de reprodução. **Íconos: Revista de Ciências Sociais**, n. 27, p. 93-106, Quito, 2007. Acesso em: 20 de fev. 2023.

CHAVES, Mariana. **Juventude, territórios e realizações**: uma antropologia da juventude urbana. Buenos Aires: Espaço Editorial, 2012.

ELIAS, Norberto. Ensaio teórico sobre as relações entre estabelecidos e marginalizados. *In*: **Uma civilização de dois países e outros ensaios**. Bogotá: Norma, 1998.

FALS BORDA, Orlando; ANISUR RAHMAN, Mohammad. Quebrando o monopólio do conhecimento: situação atual e perspectivas da Pesquisa e Ação Participativa no mundo. **Analisar Política**, n. 5, 1988.

FALS BORDA, Orlando. Origens e desafios atuais do PAR. **Analisar Política**, n. 38, 1999.

FALS BORDA, Orlando. O problema de como investigar a realidade para transformá-la através da práxis. **CLACSO**, 2009. Acesso em: 22 maio. 2023.

GRABOIS, Juan; PÉRSICO, Emilio. **Trabalho e organização na economia popular**. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Associação Civil dos Trabalhadores da Economia Popular, 2017. Disponível em: <http://www.ctepargentina.org/wp-content/uploads/2017/08/WEBCTEPR.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2023.

HALL, Stuart. Estudos culturais: dois paradigmas. **Revista Causas y Azar**, n. 1, 1994. Acesso em: 10 junho. 2024.

HALL, Stuart. O que significa "identidade"? *In*: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (eds.). **Missões de identidade cultural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003 [1996]. Acesso em: 10 junho. 2024.

HARAWAY, Donna. **Visões de Primatas**: Gênero, Raça e Natureza no Mundo da Ciência Moderna. Nova York: Routledge, 1989. Acesso em: 15 fevereiro.2024.

ICAZA, Ana Maria; TIRIBA, Lia. Economia popular: conceituando antigas e novas práticas sociais. Associação Uruguaia de História Econômica (AUDHE). Artigo apresentado na Terceira Conferência de História Econômica, Montevideu, Uruguai, 2003. Disponível em: [http://www.audhe.org.uy/Jornadas\\_Internacionales\\_Hist\\_Econ/III\\_Jornadas/Simposios\\_III/17/Lia%20TiribaSarria.pdf](http://www.audhe.org.uy/Jornadas_Internacionales_Hist_Econ/III_Jornadas/Simposios_III/17/Lia%20TiribaSarria.pdf). Acesso em: 26 fevereiro. 2024.

KARASIK, Gabriela. Depois da genealogia do diabo: discussões sobre nação

e Estado na fronteira Argentina-Boliviana. In: GRIMSON, Alejandro (comp.). **Fronteiras, nações e identidades: a periferia como centro**. Buenos Aires: Ciccus La Crujía, 2000.

LEVITT, Peggy; SCHILLER, Nina Glick. Perspectivas internacionais sobre migração: conceituando simultaneidade. **Revista Migração e Desenvolvimento**, Editorial México, 2004.

MALDOVAN, Belén Julieta. **Fazendo trabalho autônomo na autonomia das organizações**. Buenos Aires: Editorial Teseopress, 2017. Acesso em: 21 junho. 2024.

MAXWELL, Joseph Alex. **Desenho de pesquisa qualitativa: uma abordagem interativa**. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1996. Tradução: María Luisa Graffigna. Acesso em: 12 maio. 2023.

ORTNER, Sherry. Geertz, subjetividade e consciência pós-moderna. **Etnografias Contemporâneas**, n. 1, p. 25-54, 2005. Acesso em: 18 mar. 2023

PLATERO MÉNDEZ, Raquel. Metáforas e articulações para uma pedagogia crítica sobre interseccionalidade. **Quadrantes de Psicologia**, v. 16, n. 1, 2014. Acesso em: 13 fev. 2023.

POOLE, Débora. Mestiçagem, distinção e presença cultural: um olhar desde Oaxaca. In: DE LA CADENA, Marisol (org.). **Articulações de raça, mestiçagem e nacionalidade na América Latina**. Popayán: Envióon Editores, p. 197-232.

PRATT, Mary Louise. Introdução: Críticas na zona de contato. In: **Olhos imperiais: Literatura de viagem e transculturação**. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, p. 1-24, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. **Diário de Pesquisa do Sistema Mundial**, v. 2, p. 342-386, 2000.

RAMELLA, Fernando. Por uma forte utilização do conceito de rede nos estudos de migração. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (orgs.). **Imigração e redes sociais na Argentina moderna**. Buenos Aires: CEMLA/Instituto de Estudos Histórico-Sociais, 1994.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. Em defesa do meu hotel sobre a miscigenação colonial andina. In: **Violência (re) encoberta na Bolívia**. La Paz: Pedra Quebrada, p. 111-132, 2010.

SAID, Edward. Introdução. In: **Orientalismo**. Edições de bolsa, p. 1-54, 2010

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. **Revista La Ventana**, n. 13, v. 2, p. 42-73, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Experiência. **Hiparquia**, v.X, n. 1, p. 59-83, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Ou pode um sujeito subordinado vacilar? **Orbis Tertius**, v. 6, p. 175-235, 1998.

THOMPSON, Edward P. Prefácio. *In: A formação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Madrid: Capitão Swing, 2012 [1989]. Acesso em: 20 junho. 2024.

VIVEROS VIGOYA, Mara. Interseccionalidade: uma abordagem situada na dominação. **Debate Feminista**, n. 17, p. 1-17, 2016. Acesso em: 14 junho. 2024.

WADE, Peter. Debates contemporâneos sobre raça, etnia, gênero e sexualidade nas ciências sociais. *In: WADE, Peter; URREA GIRALDO, Fernando; VIVEROS VIGOYA, Mara (orgs.). Raça, etnia e sexualidades: cidadania e multiculturalismo na América Latina*. Bogotá: s/d. Acesso em: 15 março. 2024.

WILLIAMS, Raymond. Experiência. *In: Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Buenos Aires: Nova Visão, 2000 [1975]. Acesso em: 21 junho. 2024.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. Buenos Aires: Paidós, 2001. Acesso em: 21 junho. 2024.